

# Governo e meio ambiente

021

Rogério Medeiros



Enfim, uma boa ação do Governo do Estado: o Parque Estadual de Itaúnas, criado no ano passado pelo governador Albuíno Azeredo. Ele é dirigido pela bióloga Penha Padovani Mendes que, entre várias qualidades, tem a de ser conhecedora profunda da região. Pena que esse Parque não tenha sido produto de uma política ambientalista do Governo do Estado. Nasceu por pressões de ecólogos, entre os quais se achava sua atual diretora. Mas, de qualquer maneira, não há por que deixar de registrar o feito como sendo em favor da natureza.

Depois do Parque, Itaúnas recuperou regiões para a fauna e a flora brota sem a agressão do homem. Assim, uma consciência ecológica introduz-se na região que, no passado, assistiu à voracidade do ser humano destruir um dos melhores patrimônios naturais da

Mata Atlântica, um ecossistema que favoreceu a peroba-do-campo, com uma fauna riquíssima e paraíso das araras vermelhas.

Evidentemente que hoje restou pouco do que havia em matéria de fauna e flora. Mas, guardar o pouco acaba sendo muito, num Estado assolado pela perversão ecológica. A regeneração da área já é aparente. Este ano, por exemplo, o rio Itaúnas apresentou uma fauna aquática mais expressiva e pescadores voltaram a se encontrar com os robalos. Itaúnas é uma terra de pescadores que abandonaram a Itaúnas original para viver na atual Itaúnas.

Explico essa confusão das duas Itaúnas: havia uma, à beira-mar, que acabou soterrada pelas areias, depois do corte da maior parte de suas matas. A predominância do vento Nordeste na região destruiu a Itaúnas original, que, aliás, era uma bela vila, com mais de 1.500 habitantes. A maior parte de seus habitantes emigrou para outras localidades. Permaneceram os pescadores, que não tiveram o mar atingido. Apenas recuaram para formar uma nova vila, a dois quilômetros da original: a atual Itaúnas.

Entendido o desastre ecológico

que vitimou uma vila inteira, retornemos ao Parque. Apesar do bom trabalho de sua diretora ele não conseguiu ganhar até agora toda a confiança da população local. Escaldados pelo que assistiram de depredação no passado, os moradores não conseguem ainda assimilar melhor a sua função. Para quem viveu com os vândalos das florestas, do tipo Rainor Grecco, que cortaram toda a sua peroba-do-campo, é difícil acreditar agora em protetores da natureza.

Mas o Parque colocou ordem e organização nos seus 3.400 hectares. Somente a Petrobrás não se enquadrou. Com sua fúria atrás de petróleo, está acabando com uma mata de taboleiros do Parque. O que atrapalha a sua vida são os privilégios dos predadores que impeçam fora de seus limites. Eles prejudicam a população nativa, especialmente quem vive da pesca artesanal. A pesca de balão, por exemplo, apesar de ser criminosa, por provocar a morte de peixes em idade infantil, é feita na região por embarcações de fora, com licença do Ibama, por incrível que pareça. Aliás, quem o Ibama persegue mesmo são os pescadores artesanais. Parece até que sua autonomia

tem o seu limite neles.

Certamente é este quadro de contradições que ainda não deixou a população local assimilar melhor a presença do Parque. Como é que você vai convencer um nativo que não pode mais tirar uma árvore para fazer uma canoa, enquanto, do lado, a Acesita derruba uma floresta inteira? O mesmo ocorre com os bichos. Não se pode mais caçar um tatu, mas toda a sua fauna desapareceu junto com os cortes das matas. Contudo, se continuarem a criar parques como o de Itaúnas, essas contradições vão ser melhor resolvidas. A natureza ganha com parques como este. O que ela perde é com essa cumplicidade dos organismos protetores, protegendo, mesmo, os predadores; auxiliando na destruição. Imaginem se não existisse essa desgraçada aliça, este Estado estaria em bem melhores condições ambientais. Não seríamos visualizados como predadores, servindo inclusive, de palco para seriados como o do **Globo Ecologia**, que retratou um Espírito Santo voraz com a natureza.

Rogério Medeiros é jornalista e membro do Instituto Histórico e Geográfico